

Testemunho em narrativas sobre violência: A construção de personagens em noticiários criminais

Testimony in narratives about violence: The construction of characters in TV criminal news

Hendryó André

Bolsista de pós-doutorado (PNPD/Capes) do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG, instituição onde atua também como editor adjunto da revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo. Doutor em Jornalismo pela UFSC e Mestre em Comunicação e Sociedade pela UFPR. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Ponta Grossa (PR), Brasil.

Resumo

O objetivo do estudo é refletir sobre o papel do testemunho na construção narrativa de personagens em noticiários criminais. No texto propõe-se um diálogo entre a forma como os personagens são construídos e a maneira como o público produz sentidos aos crimes exibidos em dois telejornais. O texto parte de uma discussão teórica sobre jornalismo, confissão e testemunho. Após a apresentação dos telejornais e do público, ancora-se nos resultados de uma análise de conteúdos realizada em 80 edições nos noticiários criminais Balanço Geral e Tribuna da Massa, ambos veiculados em Curitiba (PR), e em um estudo de recepção produzido a partir de entrevistas em profundidade com 18 telespectadores desses programas. Entre os resultados, observa-se a personificação das fontes oficiais, a substituição de testemunhas oculares por tecnologias de vigilância e a ascensão de um tipo especial de personagem, o familiar, aspectos que contribuem para o engajamento do público.

Palavras-chave: Telejornalismo. Testemunho. Personagem.

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed49.2023.195>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 23, Nº 49, p.102-123, jan./abr. 2023

Abstract

The aim of this study is to reflect on the role of testimony in the construction of narrative characters in criminal news. To achieve the aim, the paper proposes a dialogue between the form of narrative construction of the characters and the manner the audience produces meanings for the crimes shown on two newscasts. The study starts from a theoretical discussion about journalism, confession and testimony. After the presentation of both TV news and the viewers, the text presents the results of a content analysis of 80 editions of the television programs *Balanço Geral* and *Tribuna da Massa*. The transmission of both programs takes place in Curitiba, Paraná. Then, the argument focuses on a reception study produced from in-depth interviews with 18 viewers of the two newscasts. Among the results are the personification of official sources, the replacement of eyewitnesses by surveillance technologies and the rise of a special type of character, the familiar. These characteristics collaborate to engage the television news audience.

Keywords: Television journalism. Witness. Character.

Resumen

El objetivo del estudio es reflexionar sobre el papel del testimonio en la construcción de personajes narrativos en la noticia criminal. Para lograr el objetivo, se propone un diálogo entre la forma en que se construyen narrativamente los personajes y la forma en que la audiencia produce significados para los crímenes mostrados en dos noticieros. El texto parte de una discusión teórica sobre periodismo, confesión y testimonio. Luego de la presentación de la noticia y al público, se ancla en los resultados de un análisis de contenido realizado en 80 ediciones en los reportajes de noticias criminales *Balanço Geral* y *Tribuna da Massa*, ambos transmitidos en Curitiba, Paraná, y en un estudio de recepción elaborado a partir de entrevistas en profundidad a 18 espectadores de estos programas. Entre los resultados se encuentran la personificación de fuentes oficiales, la sustitución de testigos presenciales por tecnologías de vigilancia y el surgimiento de un tipo especial de carácter, el familiar, características que contribuyen a la implicación del público.

Palavras clave: Teleperiodismo. Testimonio. Personaje.

Introdução

Ação inseparável da prática e dos sentidos produzidos pelo jornalismo, o testemunho teve origem no campo da religião a partir do relato de milagres, experiência que produzia *verdades*, curiosamente descartadas sob o prisma da empiria (BRITO, 2012). O termo se reconfigurou na modernidade, modo de organização social pautado pela razão que se consolidou nos países centrais, sobretudo desde o século XVIII, quando princípios do capitalismo e da democracia, respectivamente, passaram a estruturar os sistemas econômico e político.

O jornalismo se institucionalizou nessa conjuntura por se respaldar na premissa de narrar, perante um estatuto próprio, aspectos da *realidade* cujos desdobramentos deveriam contribuir para o interesse público. Em geral, a atividade é legitimada por histórias de pessoas ou grupos sociais envolvidos em fatos que, sob a ótica institucional, mereçam visibilidade, termo que deve ser entendido como um imperativo da própria ideia de democracia. Como a visibilidade tem essência política, todo processo comunicativo está sujeito a tensões e conflitos. Na produção e na recepção de produtos jornalísticos, por exemplo, há certas convenções que buscam organizar, por meio de representações sociais (MOSCOVICI, 2015), a leitura da realidade; e o testemunho é parte estrutural disso. Se testemunhar remete à partilha de experiências, em uma sociedade midiaticizada, dependente de “processos de mediação de base tecnológica e institucional” (COULDRY; HEPP, 2020, p. 14), todo fato transformado em narrativa se estrutura por essa lógica.

Frosh e Pinchevski (2008) trazem três vertentes para entender a relevância do testemunho na constituição das sociedades contemporâneas. Ainda que precisem ser lidas conjuntamente, a primeira se relaciona a depoimentos dados por pessoas na mídia (*witnesses in the media*), enquanto as demais se vinculam ao espaço-tempo das mediações, dimensão na qual os temas veiculados ganham sentidos plurais (MARTÍN-BARBERO, 2015). Nesse contexto, continuam Frosh e Pinchevski (2008), a própria mídia é produtora e produto de testemunhos (*witnesses by the media*), o que dialoga com o posicionamento do público como testemunha dos eventos representados pelos meios de comunicação (*witnesses through the media*).

Embora ganhem especificidades com a midiaticização da sociedade, os debates sobre representação são antigos. O tema chamava a atenção dos filósofos ainda na Grécia Antiga. Sócrates tinha receio das implicações da assimilação de imagens negativas pelo público, e Platão propôs vínculos entre performance

e mimese (MUNIZ, 2010). Já Aristóteles sistematizou a última ao valorizá-la pelo teor de verdade. A mimese seria “o lugar da semelhança e da verossimilhança, o lugar do reconhecimento e da representação” (SANTORO, 2010, p. 45). A abordagem lança mão de aproximações entre personagem e pessoa por duas características: “a personagem como reflexo da ação humana; a personagem como construção” (BRAIT, 2017, p. 38).

Sustentados por matrizes narrativas pré-existentes, os vínculos entre personagem e pessoa reiteram que as representações sociais operam, de fato, no âmbito da cultura. Aqui, personagens produzem tensões e ambiguidades por se posicionarem entre a ficção e a realidade. Esses tipos, aliás, não teriam razão de existir *fora* de um texto, mas avançam sobre a realidade por retratarem ações vividas potencialmente por gente real. No século XIX se inaugura uma visão de essência psicológica dos personagens (BRAIT, 2017; FURUZAWA, 2014) que legitima processos de identificação a partir de temas que ganharam abordagem pública de modo genuíno.

Desde a massificação da sociedade, fenômeno iniciado ainda no início do século XIX (MARTÍN-BARBERO, 2015), as noções de representação e de visibilidade se tornaram mais complexas. Em especial, a televisão, enquanto prática estruturada por ações humanas, proporcionou experiências novas e se integrou, em definitivo, às lógicas de socialização durante o século XX. Pela capacidade proporcionar experiências individuais e, ao mesmo tempo, coletivas, o meio de comunicação se integrou à vida cotidiana do público, tornando-se o “lugar onde ecoam e ganham visibilidade os diferentes atores da vida social” (FRANÇA, 2006, p. 28).

Esse espaço de visibilidade, claro, estabelece-se a partir de densas tensões sociais, algo que dialoga, mas também ultrapassa a tecnologia ou o meio em si e pode acarretar processos de estigmatização e de invisibilidade social a minorias sociais marginalizadas. Afinal, os usos da televisão, como de qualquer outro meio ou tecnologia, são decorrentes de contextos sociais e de ações humanas que envolvem todo o processo de mediação da sociedade – um fenômeno que reúne particularidades em cada cultura.

Nessa perspectiva, entre as principais questões de visibilidade está a violência, cujas consequências têm ocasionado mais 60 mil mortes anuais no Brasil (BRASIL, 2018). O fenômeno é um dos ônus mais visíveis do que Ortiz (2001) chama de *modernidade tardia*, processo consolidado na década de 1970: não por coincidência, o período em que a televisão se estabeleceu como uma instituição social relevante. A

implementação de políticas modernizadoras buscou compensar, de maneira *artificial*, etapas de desenvolvimento via acesso a bens manufaturados e a tecnologias (FAORO, 1992).

O jornalismo voltado à cobertura de crimes, mediante a experiência da sociedade brasileira com a televisão, integrou um processo de midiaticização relativamente singular, iniciado ainda na década de 1960, período em que atrações ligadas à violência se multiplicaram na televisão (RIBEIRO e SACRAMENTO, 2010). Embora tenham perdido força durante a ditadura, elas a recuperaram desde a redemocratização. O público desses programas, em geral, é formado por pessoas com baixo ou nenhum acesso à educação formal, cujos ascendentes migraram em grande fluxo para as cidades. Sem entrar em critérios de qualidade, a midiaticização da violência, para além do estigma que a vincula à pobreza ou ao popular, é fruto de uma demanda por visibilidade de grupos social e historicamente marginalizados. A televisão, assim, para além de uma técnica, consolidou-se, segundo Williams (2016), como uma *forma cultural*, um lugar onde se manifestam as experiências cotidianas. “Fazer televisão, assistir à televisão não é algo externo, mas interno à vida social; o espaço televisivo não existe paralelamente às nossas experiências, mas é uma delas – com um fortíssimo poder de penetração nos demais âmbitos de nossa vivência” (FRANÇA, 2006, p. 33).

A fim de compreender esse contexto, no artigo, um desdobramento da pesquisa de doutorado do autor (ANDRÉ, 2018), reflete-se sobre o papel do testemunho na construção narrativa de personagens em noticiários criminais. A argumentação parte de uma discussão teórica sobre testemunho, técnica social ligada ao estatuto da confissão que ganhou novas dimensões em sociedades midiaticizadas. Em seguida, há a descrição dos procedimentos metodológicos de uma análise de conteúdo de 80 edições de dois noticiários, o *Balanço Geral* e o *Tribuna da Massa* (outubro a dezembro/2017), veiculados em Curitiba (PR), e de um estudo de recepção com 18 telespectadores desses programas (setembro/2018).

Na análise observa-se que a midiaticização da violência no Brasil é pautada pela legitimação de determinadas formas de violência – como a policial e a justiça pelas próprias mãos – e pela naturalização de formas de preconceito que, paradoxalmente, vislumbram extirpar a delinquência por meio da estigmatização da representação social *marginal*. Nessa linha o papel do testemunho tem certa proeminência. O uso de dispositivos de vigilância e de várias categorias de personagens, inclusive a partir da personificação das fontes oficiais, se sobressai. Além disso, a incorporação de um tipo muito particular de personagem merece destaque: o *familiar*. Sem ser vítima, agressor ou testemunha ocular, ele participa

da narrativa com o intuito de caracterizar as vítimas e agressores, o que reforça um processo de estigmatização nas narrativas de sofrimento televisivo (LAGE, 2015), potencializado em produtos audiovisuais.

Dimensões da confissão e do testemunho

Com a modernidade, a palavra *confissão* sofreu uma alteração etimológica. De “garantia de *status*, de identidade e de valor atribuído a alguém por outrem, passou-se à ‘confissão’ como reconhecimento, por alguém, de suas próprias ações ou pensamentos” (FOUCAULT, 2015, p. 65). O termo se tornou tão ubíquo que as sociedades ocidentais o naturalizaram, a ponto de ser improvável avaliar como essa forma de poder é confrontada com as subjetividades das pessoas: “confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias” (p. 66).

Por mais que, sob o viés normativo, as preocupações éticas sejam permanentes, a relação entre jornalismo e confissão, estruturada pela lógica do testemunho, tem traços particulares que ratificam a atividade como um dispositivo notável de estigmatização. Ao se tornar socialmente conhecido, ensina Goffman (2008, p. 82), um indivíduo tem sua biografia reduzida a uma “seleção de fatos sobre ele que podem ser verdadeiros e que se expandem até adquirir uma aparência dramática e digna de atenção, sendo, posteriormente, usados como um retrato global”. Se uma exibição pode resumir uma biografia, a estigmatização individual não é a mais importante nem a única implicação quando se pensa no estatuto da confissão.

No âmbito da recepção, embora esqueça, na maioria das vezes, pontos objetivos das notícias, o público é competente para identificar matrizes narrativas que, de certa forma, preenchem os vazios semânticos (ANDRÉ, 2018). Essas bases – vinculadas a instituições como família, igreja, espaço geográfico e mundo do trabalho – são áreas de manipulação de estigmas. Por isso, pessoas que partilham atributos físicos e/ou sociais das vítimas e dos agressores são, por intermédio da estigmatização, invisibilizadas.

Dessa forma, as narrativas jornalísticas, para além de uma técnica textual, devem ser estudadas a partir do modo como são produzidas ao longo do tempo, tanto para a fonte que sai do anonimato para participar de um evento noticioso quanto para a audiência. Nas notícias criminais, especificamente, há necessidade de descrever pormenores dos atos de violência, de incrementar frases de efeito do agressor

contra valores vigentes e instituições hegemônicas, de adjetivar para sobrepor emoções aos fatos e de atenuar contradições ao ofuscar ambivalências. Esses aspectos se dão por processos de identificação que “convidam’ o leitor a vivenciar os eventos como uma testemunha mediada”¹ (VAN KRIEKEN et al., 2015, p. 2).

A narrativa criminal atribui na construção de personagens elementos que dialogam com a *ficção*, não avaliada aqui como sinônimo de mentira, e sim como um recurso que preenche os vazios semânticos das histórias na recepção. Afinal, um texto, mesmo o imagético, jamais desenvolverá todas as “propriedades de um indivíduo ou coisa, porque de modo algum um mundo narrativo pode ser totalmente autônomo do mundo de referência” (JÁCOME, 2013, p. 185). Assim, a ficção é formada por uma matriz narrativa que contém: uma *história*, enredo no qual se desenvolvem ações dramáticas; *personagens*, os tipos que vivenciam conflitos até o desfecho da história; e *espaços* e *tempos*, que representam o cenário e o contexto a partir dos quais se define a fixação realista da história (REUTER, 2007). Conjuntamente, esses elementos fazem com que a ficção seja credível e estabeleça diálogos com o mundo de referência.

A matriz narrativa das notícias sobre crimes segue lógica similar, embora, ao contrário do narrador literário, um jornalista se ancore em fatos cujas versões são construídas por uma complexa rotina produtiva que vai da apuração à circulação. Para que os dados das histórias ganhem sentido na recepção, “um jornalista seria forçosamente levado a explorar as similaridades metafóricas entre os conjuntos de acontecimentos reais e as estruturas de ficção” (CASADEI, 2010, p. 85).

A força metonímica adquirida por ocorrências singulares reduz as biografias dos indivíduos aos fatos expostos na notícia e, por vezes, pode selar um “destino” norteado pela estigmatização. Os vínculos entre fato e ficção na exposição de personagens, além de provocarem indagações acerca do campo profissional enquanto instituição que busca e é pautada pela verdade, auxiliam na compreensão de como se formam os estereótipos. A previsibilidade decorre das descrições do personagem e de suas atitudes, além do tempo e espaço em que ele vivenciou a ação dramática.

Nesse contexto ganha relevância o testemunho, eminente dispositivo de confissão no jornalismo. A essência mais contemporânea do termo, aliás, o aproxima dos noticiários criminais. O predicado que o coloca como fruto de uma situação trágica ou de tensão indica que a técnica social é elaborada por quem

¹ No original: “‘invite’ the reader to experience the events as a mediated witness”.

presença ou sobrevive a determinado acontecimento (CUNHA, 2012; PERES, 2016) e, como indica este estudo, por quem, externo ao evento, é *familiar*, especialmente da vítima. O testemunho se fortaleceu como uma das principais técnicas para a formação de um ideal de comunidade, na medida em que proporciona prestígio a quem auxilia no avanço de uma investigação, no desfecho de um crime ou situação de tensão. Por receio da invisibilidade social – entendida como uma espécie de *morte simbólica* (ATHAYDE et al., 2005) que ocorre a partir da “fragmentação preestabelecida da realidade” (MOSCOVICI, 2015, p. 31) por quem interpreta uma situação –, as pessoas assumem um compromisso moral ao se colocarem, quando convocadas, como testemunhas, e o jornalismo se tornou um dos principais espaços de manifestação desse dispositivo de confissão.

A ação dialoga ainda com princípios da *cultura da participação*, resumida à flexibilidade que as pessoas têm para produzir bens simbólicos e/ou materiais de forma voluntária (SHIRKY, 2011). Esse elo social não se consolida porque se diz algo em frente às câmeras, e sim porque só se produzem sentidos aos relatos nas mediações: pessoas que se envolvem emotivamente com um crime hediondo midiático e que conversam entre si sobre o assunto; que delatam um foragido representado em retrato-falado ou por denúncia anônima; que formam conselhos de segurança. Nessa ordem, elas partilham medos e expectativas; participam simbolicamente de atos conjuntos em torno de uma ideia de justiça; e formulam, enfim, um posicionamento público com vistas a protagonizar transformações sociais. Em síntese, testemunham sentimentos e visões de mundo a partir da mídia e, por extensão, alimentam uma dinâmica para que exista uma lógica de testemunho na própria mídia (FROSH e PINCHEVSKI, 2008).

Na esteira das questões de colaboração e participação social, Sennett (2003) alerta que o testemunho é uma forma de as pessoas demonstrarem que são dignas de confiança, sobretudo em situações nas quais um semelhante está em dificuldade. Sodré (2012) lembra que a possibilidade de relatar um acontecimento notório proporciona o acesso à visibilidade, ao *direito a narrar* uma história. Como as narrativas criminais são pautadas pelo princípio de que a violência será extirpada com a extinção dos criminosos, o que explica até certo ponto a apologia a discursos ostensivos, os testemunhos ratificam a noção de que a sociedade vive um embate permanente entre bem e mal, com prevalectimento do último. A técnica, nessas condições, adquire uma conduta moralizante, algo que ajuda a explicar a razão pela qual os noticiários criminais sustentam princípios de conservadorismo e intolerância. Por último, Das (2011) vincula o testemunho a aspectos psicológicos, na medida em que o ato, especialmente quando realizado

por uma vítima ou testemunha ocular, estabelece uma ponte entre o acontecimento e a própria subjetividade desse interlocutor. Testemunhar, por esse ângulo, seria reconhecer a si próprio.

É inimaginável propor um modelo de jornalismo sem o uso desse dispositivo. Uma das propriedades mais relevantes do testemunho é a legitimação de “vozes outras, que não as hegemônicas” (CUNHA, 2012, p. 125), ou seja, um recurso de visibilidade. Espaço no qual se notabiliza a fonte do tipo personagem, o procedimento serve para apresentar versões sobre fatos que se deseja transformar em notícia e, não obstante, para construir personagens.

As discussões sobre personagens no jornalismo foram escamoteadas devido à hegemonia da ideologia da objetividade (PERES, 2016). Pouco problematizado, o jargão por vezes é reduzido ao encontro de uma fonte que refere uma verdade presumida pelos jornalistas (CASADEI, 2010; PERES, 2016), o que favorece a estigmatização. Não significa, porém, que esses personagens, mesmo que estereotipados nas rotinas de produção, sejam irrelevantes em narrativas que ganham, efetivamente, sentidos nas mediações. É nessa linha argumentativa que a análise, apresentada após procedimentos metodológicos da pesquisa, se sustenta.

Procedimentos metodológicos, noticiários e público

O estudo, desdobramento de uma pesquisa de doutorado (ANDRÉ, 2018), contemplou duas fases conjugadas. Primeiro foi realizada uma análise de conteúdo de 80 edições dos noticiários *Balanço Geral* e *Tribuna da Massa*, entre outubro e dezembro de 2017 (foram analisadas 950 notícias). O objetivo foi entender a construção de personagens na narrativa criminal, levando em conta categorias como região geográfica, faixa etária, gênero, etnia, renda, ocupação, acesso formal à educação e, por fim, os tipos de fontes que participam dos programas – para este artigo, foram usados apenas os dados referentes aos tipos de fontes consultados pelos noticiários.

Depois foi produzido um estudo de recepção, em setembro de 2018, com 18 telespectadores desses noticiários, selecionados inicialmente pelo recorte geográfico. O grupo é formado por pessoas que habitam uma das três regiões onde houve maior incidência de casos de violência exibidos na primeira fase: além da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), bairro da capital paranaense que agregou o maior número de crimes nos dois noticiários, foram estudados os municípios metropolitanos São José dos Pinhais (SJP) e Colombo (COL), que tiveram, respectivamente, o maior número de crimes veiculados no *Balanço Geral* e

no *Tribuna da Massa*. O objetivo do estudo de recepção, produzido a partir de entrevistas em profundidade que somam 20 horas de material decupado, foi entender como são as apropriações dos telejornais no cotidiano dos participantes.

A análise de conteúdo é um método capaz de identificar construções simbólicas e estratégias narrativas (HERSCOVITZ, 2010). Já a entrevista, a mais flexível técnica de coleta de dados, tem potencial para a “compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2002, p. 65). Nela, um pesquisador, ainda que com objetivos pré-definidos, pode estabelecer novos recortes a partir dos dados coletados. Para o escopo deste estudo, houve a seleção de pontos nos quais os entrevistados tratavam das representações sociais de pessoas/personagens que participam dos noticiários, sobretudo forças policiais, vítimas, agressores e familiares.

Para entender os usos das fontes pelos programas e as apropriações pelo público, é preciso citar, sucintamente, características dos telejornais, consumidos diariamente em mais de 150 mil residências de Curitiba e Região Metropolitana, cujas audiências oscilam entre a segunda e terceira colocações no horário do almoço (O CANAL, 2017). O *Balanço Geral*, veiculado desde 2008, é exibido entre meio-dia e 14h25 pela RICTV (Rede Record). Na época da análise, era apresentado por Gilberto Ribeiro, que trabalhava em rádio e televisão já havia mais de 30 anos. Já o *Tribuna da Massa*, existente desde 2001, é o mais antigo noticiário criminal em exibição na capital paranaense. Transmitido pela Rede Massa (SBT), entre 11h45 e 14h00, é ancorado desde setembro de 2017 por Eleandro Passaia.

Com versões locais exibidas pelas afiliadas da Record em 20 estados e no Distrito Federal, o *Balanço Geral* é um dos principais produtos informativos da Record, a ponto de criar uma ideia de *regionalização padronizada* (HAMILTON, 2008), propriedade presente em nível estadual no *Tribuna da Massa*. Os dois telejornais carregam como marca registrada a *personalização*, percebida em produtos informativos cuja essência está no confronto “contra a predominância de concorrentes mais antigos e com maior audiência. É a busca pelo diferencial a partir do estilo da apresentação, fortemente ligada ao apresentador” (p. 101).

Tais programas têm buscado estreitar vínculos com os telejornais de referência. O tratamento narrativo passa por uma redução de imagens apelativas, embora juízos de valor permaneçam (ANDRÉ, 2021). Vítimas e agressores são vinculados e desvinculados a questões caras à audiência, como a família de

padrão heteronormativo, a moral do trabalho, a religião de matriz cristã e, por extensão, a legitimação da brutalidade policial, razão que justifica o fato de o público entender esses noticiários como atrações *de família*.

O tratamento narrativo das notícias tem relação direta com o público-alvo. Embora o *Balanço Geral* seja o único a disponibilizar o perfil do público, é possível inferir, quando se consideram temática, horário de exibição e publicidade, que a audiência presumida pelo *Tribuna da Massa* seja similar. Os dados apontam que 25% da audiência tem entre 50 e 59 anos, e 36% acima de 60 anos (RICTV, 2018). O Balanço Geral é voltado essencialmente à classe C (51% da audiência), cuja renda varia entre dois e quatro salários mínimos (PILLI, 2019).

Divididos igualmente entre homens e mulheres, os entrevistados convergem para o perfil da audiência presumida dos programas, um dos critérios de seleção. No quesito renda familiar, dois não têm ganhos fixos (SJP1, CIC4), seis recebem até dois salários mínimos (CIC3, COL1, COL2, COL5, COL6, SJP4) e seis, entre dois e quatro salários (CIC2, CIC5, COL4, SJP2, SJP3, SJP6). Os demais ganham mais de cinco salários (CIC1, COL3, CIC6, SJP5). Além de SJP3, que nunca trabalhou, três estavam desempregados (CIC4, COL3, SJP1), oito são aposentados (CIC1, CIC3, COL2, COL6) ou pensionistas (CIC2, CIC5, COL1, COL4). No recorte etário, dez têm acima de 50 anos (CIC1, CIC2, CIC3, CIC5, COL1, COL2, COL4, COL6, SJP2, SJP6). Só dois cursaram o ensino superior (SJP3, SJP4), e cinco cursaram e/ou concluíram o Ensino Médio (CIC2, CIC4, CIC6, SJP5, COL6). Os demais completaram, no máximo, o Ensino Fundamental.

Sete acompanham os telejornais todos os dias (CIC1, CIC3, CIC5, COL1, COL4, COL6, SJP1) e dez os perdem, no máximo, uma (CIC6, COL2, COL5, SJP5) ou duas vezes por semana (CIC4, COL3, SJP2, SJP3, SJP4, SJP6). Apenas um vê ocasionalmente (CIC2). O nível de engajamento é alto: só dois participantes veem até 30 minutos (CIC2, SJP3) e três, até uma hora (CIC5, SJP1, SJP4). Os demais consomem mais de uma hora das edições, sendo que mais da metade vê as edições completas. Apenas COL5 acompanha os programas há menos de dois anos. Seis afirmam ver com frequência no período entre dois e cinco anos (CIC4, CIC6, COL3, SJP3, SJP4, SJP6). O restante declara ter o hábito de assistir a eles em um período entre cinco e 10 anos (CIC5, COL6, SJP5) ou mais (CIC1, CIC2, CIC3, COL1, COL2, COL4, SJP1, SJP2).

Personagens em notícias criminais

O uso de testemunhos é habitual no jornalismo por sua ligação com o estatuto da confissão, dinâmica social pautada pelas relações entre saber e poder que legitima a abordagem pública dos temas. Nos programas estudados, as notícias se apropriam desse recurso devido a construções narrativas que reforçam um clima de tensão potencializado pelos testemunhos em *off*. Em 15% das quase 800 inserções que tinham, no mínimo, uma fonte, há anonimato. No gênero reportagem, a proporção é de uma a cada cinco (*Balanço Geral*) e uma a cada três (*Tribuna da Massa*). O teor testemunhal confrontado com as percepções do público sobre as histórias permite a observação de três características constantes nessas narrativas: a personificação das fontes oficiais, a substituição de testemunhas oculares por tecnologias de vigilância e a apropriação de familiares que, mesmo sem serem vítimas, agressores ou presenciarem o crime, são entrevistados devido a laços afetivos com vítimas ou agressores. Esses personagens se vinculam à dramatização ou à recuperação de aspectos da vida pregressa dos envolvidos em atos de violência.

Personificação das fontes oficiais

Além dos eventos em que são vítimas, agressores ou testemunhas oculares, os agentes policiais, representação hegemônica das fontes oficiais (na análise de conteúdo, 29,0% das fontes consultadas pelo *Tribuna da Massa* e 41,6% pelo *Balanço Geral* pertencem à categoria), aparecem essencialmente como interlocutores. A personificação sugere um ideal romantizado da atividade, presente nas percepções que os entrevistados têm sobre a relevância de mediatizar os esforços da polícia, instituição que, segundo eles, tem uma estrutura de trabalho precária e é inibida de exercer um papel mais ostensivo, solução entendida unanimemente pelos participantes do estudo como a mais eficaz para a área de segurança pública.

De modo regular, os respondentes não se lembram de notícias exibidas pelos telejornais, mesmo aquelas nas quais julgam que a polícia agiu bem. Apenas três frisam que a instituição é corrompida e/ou que tem estrutura precária a ponto de interferir nos resultados das ações (CIC4, SJP3 e SJP5), algo que torna essencial o trabalho dos noticiários. O chaveiro CIC4, 47 anos, diz não aceitar o fato de policiais cometerem injustiças para além do âmbito individual, enquanto a zeladora CIC5, 58 anos, se divide sobre o tema. Os demais avaliam que a instituição exerce bem seu papel na maioria das histórias exibidas pelos programas: falta de recursos, rigor no exame sobre as condutas dos agentes e impunidade no sistema

judicial ocasionada pela burocracia das investigações são problemas narrados pelos noticiários a que a corporação, para os entrevistados, *resiste* com certa *bravura*.

Essas apreensões produzem um sentido comum: os participantes condenam, por um lado, erros da polícia, ressaltados por alguns como fruto de ações pessoais (CIC1, CIC2, CIC3, COL2, COL4, SJP1, SJP4 e SJP6) – tipo de representação social que Moscovici (2015) vincula ao espectro político mais conservador –, mas naturalizam práticas ostensivas. A pensionista COL1, 51 anos, foi uma das poucas a se recordar de um caso exibido pelos telejornais. Questionada sobre por que considerou correta uma ação que resultou em morte, justifica-se dizendo que “vagabundo tem que morrer mesmo” (COL1). Já o técnico-eletricista SJP4, 29 anos, defende que a corporação deva ter permissão para agir ostensivamente. “Não considero isso violência. A forma como o bandido aborda é violenta, a forma como ele entra numa casa, como ele faz o refém, é violenta” (SJP4). Na fase de análise de conteúdo, cerca de 10% das inserções monitoradas do *Tribuna da Massa* fazem apologia *explícita* à repressão violenta contra a categoria bandido, número que cai pela metade no *Balanço Geral*. Embora o número pareça baixo, implicitamente a apologia é recorrente, algo que encontra consonância com as representações sociais construídas pelo público.

Perguntado sobre quando vê nos programas situações de conflitos que envolvem policiais, o agente de escolta armada CIC6, 40 anos, é efusivo ao atestar que a sociedade precisa temer as forças ostensivas e que há *bom trabalho* em operações que culminam em morte: “Tem que bater parabéns para a polícia, que é isso que tem que fazer com vagabundo mesmo. A polícia tem que mostrar o trabalho dela e ser respeitada” (CIC6). Na mesma linha, o vigilante SJP2, 51 anos, afirma gostar de ver notícias sobre “arrastões”, perseguições policiais. “Quando fazem isso, eles dão uma segurança para o pessoal de bem”. Já a costureira COL4, 57 anos, é solidária: “Os coitados sofrem... Ter que ir lá e atender [as ocorrências]” (COL4). O funileiro COL5, 22 anos, ressalta o quanto há “pouca polícia”, algo a que a contadora aposentada COL6, 67 anos, soma a noção do sistema judicial como oponente da corporação, argumento usado permanentemente nos dois programas estudados: “A polícia perde muito tempo em cima de um caso – a justiça, a lei, em geral – que é óbvio, que não tem o que investigar” (COL6). Na mesma toada, embora de forma mais incisiva, a encarregada desempregada COL3, 48 anos, questiona o tratamento, segundo ela, desproporcional recebido por policiais que cometem crimes: “Por que o ladrão arruma advogado rapidinho, e a polícia não?”.

Conforme visto, o espaço cedido a fontes oficiais prevalece no jornalismo criminal. O ato de um policial ser entrevistado, a princípio, seria tangenciado por informações que explicassem a investigação. Com exceção de uma reportagem sobre o aumento das prisões de homicidas em Curitiba², nas demais há sobreposição da descrição de pormenores do crime – com ênfase nas ações dos agentes – ou, no máximo, do histórico criminal da vítima, redundância informativa que costuma ocorrer nas passagens, *offs* e comentários dos âncoras. Os detalhes da ação criminosa tendem a ser terceirizados à polícia, o que justifica a aparição desproporcional em relação aos demais tipos de fontes, bem como parte relevante dos sentidos despertados no público.

Tecnologias de vigilância e testemunhas oculares

As *tecnologias de vigilância* expõem vítimas e agressores de modo genuíno. Interpretadas como *índices do real*, tais imagens transformam em notícia, além dos crimes graves, delitos que, antes do advento desses dispositivos, não teriam visibilidade. Os exemplos mais usuais extraídos da análise de conteúdo são de furtos de pequenas mercadorias, geralmente alimentícias³. Além delas, excluídos os latrocínios e os crimes com ações de perseguição policial, observa-se nos roubos⁴ o uso recorrente dessas tecnologias. Elas aparecem próximas da metade das inserções no *Balanço Geral* (45,8%) e no *Tribuna da Massa* (54,3%) que contenham, no mínimo, uma fonte. O uso se aplica na exibição de flagrantes, algo consoante à lógica de descrição de pormenores dos crimes: no *Balanço Geral*, uma a cada três peças contém apenas a tecnologia de vigilância como fonte; no *Tribuna da Massa*, uma a cada quatro. Ações em flagrante, essas narrativas versam sobre o grau de perversidade do criminoso, as ações desproporcionais de violência – como o ataque a instituições onde se encontram pessoas que são vulneráveis ou praticam ações filantrópicas – ou, ainda, a criatividade, insensatez ou ousadia do criminoso ou da própria vítima.

Essas tecnologias reconfiguram a *testemunha ocular*, a fonte que presencia com relativa proximidade ou condição favorável um fato que envolveu terceiro. Na recepção, essa estrutura narrativa ganha sentidos ao reiterar o princípio da testemunha mediada (VAN KRIEKEN et al., 2015), algo que refrata nos personagens envolvidos nos crimes mediatizados.

² Tribuna da Massa. **Polícia comemora aumento das prisões de homicidas em Curitiba**. 29. dez. 2017.

³ Balanço Geral (20, 26/10 e 16 e 28/11/2017) e Tribuna da Massa (9, 16, 17, 20 e 29/11; 1, 15, 18, 21, 22 e 29/12/2017).

⁴ Balanço Geral (10 e 30/10; 14, 17 e 30/11/2017) e Tribuna da Massa (14, 17/11; 5, 12 e 20/12/2017).

Vítimas, agressores e familiares

A despeito da representatividade da fonte *oficial personificada* e das *tecnologias de vigilância*, *agressores* e *vítimas* são, qualitativamente, os tipos centrais de fontes quando se pensa na recepção, já que todo crime midiaticizado envolve, necessariamente, esses dois tipos. Excetuados os atos de violência restritos ao que se intitula *universo do crime*, o perfil das vítimas costuma ser vinculado à moral da família, ao mundo do trabalho e à concepção cristã de religião (ANDRÉ, 2018), enquanto os agressores são dissociados dessas instituições. Nas 80 edições estudadas, uma a cada dez inserções envolve notícias nas quais vítimas e agressores integram um mesmo núcleo parental. Diálogos com a noção de família, contudo, são regulares, de modo que, quanto mais há aproximações dessa instituição, mais aumentam as chances de exibição.

Essa forma de narrar tem estreita relação com as percepções do público, algo visto em três tipos de fontes usados pelos noticiários: *vítima*, *agressor* e *familiar*. O fato de não se memorizarem aspectos objetivos das notícias não impede que sentidos sejam produzidos, o que corrobora a matriz sob a qual os crimes são narrados como estruturante. Os participantes mencionam situações genéricas com as quais se acostumaram a ver violência na televisão. Narrativas que envolvam a instituição família foram citadas direta e *espontaneamente* por mais de dois terços dos entrevistados (CIC1, CIC2, CIC3, CIC4, CIC5, CIC6, COL1, COL2, COL4, COL6, SJP1, SJP2 e SJP6).

As citações sobre família independem da recordação das notícias. “É o pai que mata o filho, é a filha que mata a mãe, é o neto que mata a avó para pegar dinheiro”, diz o carpinteiro aposentado CIC3, 67 anos, sem saber especificar atos veiculados. Favorável a políticas de armamento, o policial militar aposentado CIC1, 60 anos, vincula o problema da impunidade aos direitos humanos que, na visão dele, contrariam a concepção familiar: “Pai de família morre, direitos humanos não vai lá na casa dele, mas se um policial matar um sem-vergonha desse aí em ponta da esquina...” (CIC1). A dona de casa e pensionista CIC2, 53 anos, justifica a apologia a reações ostensivas ao dizer que é melhor ver um criminoso “morrer do que ele matar um parente”. Por isso, ela, que credita à família do agressor responsabilidade solidária pelo crime, critica medidas de ressocialização. “O criminoso vai para a cadeia e tem um dinheirão lá para dar para a família, enquanto tem gente aí que trabalha, não ganha aquilo que eles ganham, está morrendo de fome, não tem onde morar”. Na contramão, o caminhoneiro aposentado COL2, 66 anos, usa a lógica familiar para

ser solidário. Ele exemplifica a partir da morte de um agressor: “Mataram um vagabundo, mas ele tem um pai, tem uma mãe e um irmão. É triste, ainda mais se é seu filho” (COL2).

A auxiliar de limpeza SJP6, 59 anos, vincula violência à tragédia familiar ao se recordar de homicídios contra crianças e idosos. Ela diz sofrer com o uso de imagens que explorem o sofrimento materno: “Sempre me coloco no lugar da mãe, porque ali [na transmissão] o filho já morreu. Sei lá, eu me coloco muito no lugar da mãe, no sofrimento que a mãe vai ter dali pra frente” (SJP6). A cabelereira SJP1, 34 anos, também se identifica com a figura materna quando cita um caso de homicídio veiculado no *Balanço Geral* que ocorreu próximo de onde mora, envolvendo uma pessoa que ela já havia visto presencialmente: “Fiquei pensando na mãe dela, porque me recordo da mãe dela. No dia que passou a entrevista, deu para ver a mãe dela indo lá ver o corpo” (SJP1). A estudante universitária SJP3, 19 anos, mostra-se sensível às questões de violência de gênero e, ao contar uma história de tragédia familiar veiculada, entre outros veículos, no *Balanço Geral*, cita o caso de um homem que foi descoberto por violentar uma criança com aproximadamente seis anos. “Quando a mãe descobriu, foi tentar fazer alguma coisa a respeito, e ele matou a menina. Fico indignada quando fazem isso com as crianças” (SJP3).

O exemplo dado pelo metalúrgico SJP5, 39 anos, reforça a admiração pelos produtores que, na visão dele, estão do lado das pessoas mais vulneráveis. Ele se recorda do caso de um homicídio para reforçar como a violência urbana é uma ameaça à instituição família. Sem entrar em questões ideológicas, a construção narrativa ganha conotação maniqueísta justamente pelo fato da utilização da família da vítima, algo que produz sentidos na vida cotidiana do participante: “Entrevistaram a família, uma casa extremamente humilde. [A história] me marcou bastante por isso” (SJP5). A zeladora CIC5, 58 anos, também presume que esses telejornais escolheram o lado dos mais vulneráveis, tornando a realidade das regiões periféricas mais visibilizada. “A gente é meio abandonado”, explica ao falar sobre as dificuldades que os telejornais de referência têm para dar visibilidade às áreas periféricas: “Aí comecei a me interessar porque vi que eles estavam defendendo o povo. Eu estava sendo representada” (CIC5).

Com base na relevância que a instituição família tem no imaginário do público, vítimas e agressores têm relação com essa instituição. Em um contexto de valorização da vida, a *vítima*, a pessoa que relata atos de violência vividos na pele, tem papel essencial nos processos de identificação. Essa categoria é protagonista quando o assunto é violência, já que o testemunho da vítima marca como o “discurso sobre a

violência se volta para o sujeito que a sofreu, a partir de uma noção afirmativa desse sujeito como um sujeito de direitos” (SARTI, 2014, p. 82).

Por estar vinculado ao estatuto da confissão de forma mais direta, o relato do *agressor* possibilita um leque de abertura para manifestação da moral vigente, seja pelo teor de deboche, que o desvincula da racionalidade, seja pela reação de arrependimento ou mesmo pela argumentação de inocência. Conforme os dados da análise de conteúdo, essa fonte é a que menos costuma ser consultada (incidência de 6% nos dois noticiários), mas, quando aparece, é a mais exposta (em apenas 12% das vezes, em ambos os programas, a condição de anonimato foi respeitada). Isso se deve, essencialmente, a três pontos: a) em 75% (*Balanço Geral*) a 80% (*Tribuna da Massa*) das narrativas, o enfoque está no crime em si, e não nas investigações ou nas implicações da violência como um fenômeno social; b) a exibição do rosto acontece independentemente da vontade da pessoa, ação consolidada na produção que fere o princípio da presunção de inocência; c) a figura social do agressor é que causa mais repulsa na recepção.

A categorização de personagem mais singular das narrativas criminais é, contudo, o *familiar*, cuja incidência de representação nos telejornais é duas vezes maior que a dos *agressores* e pouco menos da metade das fontes oficiais. Na maior parte das vezes consultado na cobertura de crimes que resultam em morte, esse tipo contempla personagens que não são vítimas ou agressoras nem presenciaram o crime, mas, devido a laços com vítimas ou agressores, são entrevistados quase sempre a partir de elementos que estavam vinculados à dramatização ou à recuperação de aspectos – essencialmente morais – da vida pregressa dos envolvidos no ato de violência. Trata-se de uma característica imersa na prática profissional de cobertura de crimes que valoriza, sobremaneira, a lógica de destruição familiar. São depoimentos recolhidos na maior parte das vezes durante funerais ou em cenas de crime, geralmente quando há aglomeração de pessoas enquanto é aguardada a perícia do local e a retirada da vítima (viva ou morta). São ainda entrevistados em reportagens feitas nas raras investigações que os telejornais acompanham e podem ser justapostos a outros tipos de personagens (os familiares foram testemunhas oculares).

Pela incidência de crimes ocorridos no âmbito familiar identificados na análise de conteúdo e pela notoriedade que a instituição ganhou na recepção, observa-se a relevância que esse tipo de personagem tem na construção das narrativas sobre crimes. As apropriações dessas estratégias permitem que muitos dos participantes da pesquisa de recepção minimizem ou até mesmo desprezem quaisquer ações de cunho sensacionalista dos programas e os coloquem como *atrações de família*.

Considerações finais

Personagens em jornalismo carregam particularidades em relação aos textos ficcionais. A profissão está ancorada na premissa da verdade, no equilíbrio de vozes e na promoção de debates pautados pela razão, e não pela emoção. Permanece em diálogo com o campo das narrativas não realistas, porém, o fato de que o personagem não pode ser separado do todo da narrativa, o que, no caso do jornalismo, contempla as próprias condições de produção das notícias e as tensões entre a objetividade de um fato e os vazios semânticos dessas histórias preenchidos na recepção.

Ao entender o testemunho como um imperativo consolidado na modernidade por meio do estatuto da confissão – que detém determinadas particularidades em um país que buscou se desenvolver por meio de um processo de modernização –, propôs-se, no presente artigo, um estudo desse dispositivo de confissão em noticiários criminais a partir de um diálogo entre personagens narrativamente construídos pelos telejornais e percepções do público. A personificação das fontes oficiais, as reconfigurações das testemunhas oculares mediante novas tecnologias de vigilância e a ascensão da fonte familiar são centrais para compreender o papel dessa técnica no jornalismo criminal, algo que contribui de forma muito singular para a midiaticização da violência no Brasil.

Embora haja um olhar enviesado na produção noticiosa e no teor moral das notícias, as narrativas criminais, para além de uma percepção de efemeridade, precisam ser conhecidas a partir do universo das mediações, dispositivo de circulação dos sentidos que, por essência, é velado. Essa abordagem permite que se entenda o que se produz socialmente e, em paralelo, impede uma visão hegemônica de que as apropriações desse tipo de narrativa sejam fruto específico de alienação. Trata-se, isto sim, de uma visão do popular da qual as dimensões da família, trabalho e religião, acima da percepção do ato de *gostar de sangue*, são tributárias.

Em um contexto de relativização da verdade, que dissolve certas fronteiras do jornalismo e de outras instituições modernas, o testemunho nas narrativas criminais – embora busque aproximar-se da forma de produtos historicamente hegemônicos, utilize filmagens que exibem a *realidade* e depoimentos de fontes oficiais – parece, por vezes, recolocar a empiria de lado. A força metonímica que as histórias ganham e – por extensão – a estigmatização são processos essenciais para se observar como o testemunho é central nesse tipo de narrativa. Nesse aspecto, destaca-se o anonimato como um recurso singular

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed49.2023.195>

quando se pensa no campo da recepção. Como o público tende a não se recordar dos pormenores da história, o personagem que não aparece auxilia no preenchimento dos vazios semânticos inerentes a qualquer processo de produção de sentidos.

Por fim, uma apreensão relevante, que precisa ser fruto de problematização no estatuto deontológico quando o assunto são os usos de personagens, é o fato de que os entrevistados – moradores das regiões onde mais foram midiatisados crimes – veem a exibição da violência nessas localidades como forma de visibilidade. Há um sentido comum, observado nas entrevistas, de que direitos, especialmente da população carcerária, sejam interpretados como privilégios, algo que se vincula a uma concepção deturpada de cidadania, incapaz de enxergar algumas violações sofridas pelos próprios entrevistados, o que é alimentado pelas narrativas criminais.

Entende-se que essas características lançam desafios estruturantes não apenas para as formas consideradas mais *nobres* de jornalismo, que perdem progressivamente confiança junto ao público, mas para o próprio projeto de sociedade que se almeja para as próximas décadas. Ao estudar o diálogo dessas narrativas com a dimensão da recepção, entendendo que nelas emergem características que superam os dois programas estudados aqui, observa-se que as consequências das políticas de modernização do país ainda estão em pleno andamento. O argumento ajuda ainda a explicar parte do retrocesso vivido no país, com a ascensão de grupos extremistas que fazem apologia, entre outras muitas questões, à liberação da posse e do porte de armas e a discussões sobre o excludente de ilicitude, aquele que “flexibiliza” investigações e, por conseguinte, punições a agentes policiais acusados de ultrapassar os limites legais de suas funções.

Com essas dificuldades em mente, o jornalismo, enquanto uma instituição, enfrenta desafios que, necessariamente, passam pelo público para que a área torne a se configurar como um campo proeminente de visibilidade, capaz de contribuir para o fortalecimento da democracia.

Hendryó André

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2357-9743>

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Ponta Grossa (PR), Brasil

Doutor em Jornalismo pela UFSC

E-mail: hendryoandre@gmail.com

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed49.2023.195>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 23, Nº 49, p.102-123, jan./abr. 2023

Recebido em: 1 de março de 2021.

Aprovado em: 1 de janeiro de 2023.

Referências:

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

ANDRÉ, H. “**Violência fascinante em vidas tão normais**”: relações de estigmatização e invisibilidade social na recepção de noticiários criminais. 2018. 528 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

_____. Quando dilemas viram rotinas: desafios éticos na produção de noticiários criminais. **Ação Midiática**, Curitiba, p. 177-197, n. 27, v.1, jan. 2021.

BRAIT, B. **A personagem**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. Daniel Cerqueira *et al.* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (org.). **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018a. 69 p. Disponível em: <https://bit.ly/2PaOjK5>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRITO, P. R. M. A. DE. **A epistemologia do testemunho**: visão reducionista. Porto Alegre: PUC, 2012.

CASADEI, E. B. A Construção de Personagens no Jornalismo: entre a matriz de verdade presumida e a imaginação das urdiduras de enredos. **C-Legenda**, v. 22, n. 1, p. 77-91, 2010.

COULDRY, N.; HEPP, A. **A construção mediada da realidade**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2020.

CUNHA, M. J. A narrativa jornalística em testemunho. In: MOTA, C. L.; MOTTA, L. G.; CUNHA, M. J. (org.). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 117-138.

DAS, V. O ato de testemunhar: Violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, v. 37, p. 9-41, 2011.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, p.7-22, 1992.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FROSH, P.; PINCHEVSKI, A. **Media witnessing**: Testimony in the age of mass communication. London, England: Palgrave Macmillan UK, 2008.

FURUZAWA, C. P. **Comunicação e indústria audiovisual**: crime, compensação simbólica e outras questões sobre as séries policiais televisivas. Porto Alegre: PUC, 2014.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

- HAMILTON, F. A. Monitorando telejornais: desafios e perspectivas. In: CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. (org.). **Observatórios de Mídia: olhares de cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 95-114.
- HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: 2010. p. 123-142.
- JÁCOME, P. Tensões entre ficção e não ficção no mundo possível do Jornal Nacional. In: LEAL, B. S.;
- LAGE, L. Cenas do testemunho na televisão: o (des)encontro de mundos. **Galáxia**, n. 29, p. 110-122, 2015.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MUNIZ, F. Platão contra a arte. In: LOBO, R. H. (org.). **Os filósofos e a arte**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. p. 15-42.
- O CANAL. **Curitiba: audiências consolidadas, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017**. Audiências consolidadas, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/38qB6nL>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. ed. 5. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PERES, A. C. Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. **Galáxia**, n. 31, p. 92-104, 2016.
- PILLI, L. **Critério de classificação econômica Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ah0pb1>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- REUTER, Y. **A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.
- RIBEIRO, A. P. G.; SACRAMENTO, I. A renovação estética da TV. In: RIBEIRO, A. P. G.; SACRAMENTO, I.; ROXO, M. (org.). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 109-135.
- RICTV. **Balanço Geral**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2XzQWgK>. Acesso em: 6 ago. 2020.
- SANTORO, F. Aristóteles e a arte poética. In: LOBO, R. H. (org.). **Os filósofos e a arte**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. p. 43-57.
- SARTI, C. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 77-105, dez. 2014.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SHIRKY, C. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- SODRÉ, M. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

VAN KRIEKEN, K.; HOEKEN, H.; SANDERS, J. From Reader to Mediated Witness: The Engaging Effects of Journalistic Crime Narratives. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 92, n. 3, p. 580-596, 2015.

WILLIAMS, R. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte: PUCMinas, 2016.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.